

EDITORIAL

EXTENSÃO CURRICULARIZADA: COMPARTILHAR SABERES PARA TRANSFORMAR VIDAS

A extensão universitária representa, historicamente, a concretização da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES) ao promover o compartilhamento dos saberes produzidos no ambiente acadêmico com as comunidades sob sua influência.

Com a publicação da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, a extensão universitária passou a ocupar papel central na formação acadêmica, ao estabelecer que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja dedicada a programas e projetos de extensão.

Nesse contexto, “curricularizar” a extensão pode implicar de modo transversal no processo de inclusão de atividades/ações de extensão no currículo dos cursos, levando em consideração a indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão para a formação integral dos estudantes.

Embora a curricularização da extensão tenha ressignificado a relação entre as instituições de ensino superior e a sociedade, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Entre os principais, destacam-se: a superação da visão reducionista da extensão como mera exigência burocrática, em que as evidências formais se sobrepõem aos processos de ensino e aprendizagem; o estímulo ao engajamento docente, ao protagonismo discente e ao acolhimento por parte das comunidades envolvidas; a ausência de uma compreensão mais profunda sobre o papel da extensão na formação humana e profissional dos discentes; e a necessidade de assegurar que as atividades extensionistas estejam alinhadas aos objetivos formativos dos cursos.

Nas universidades, a responsabilidade social está atrelada normalmente à extensão universitária, por sua relação com a sociedade juntamente com o ensino e a pesquisa. De todo modo, a concepção de responsabilidade social deve ir além das ações específicas da extensão universitária, haja vista que todo o processo educacional deve ser implementado de forma sistêmica e indissociável. É por essa razão que a extensão é definida como “o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, 2012, p. 28).

Nesse contexto, a extensão tem como premissa que a aprendizagem, individual e coletiva, reconhece a necessidade de se envolver de forma cognitiva e emocional para cultivar o conhecimento, a capacidade de transformar o conhecimento em ação e a disposição para agir (Unesco, 2022).

As práticas pedagógicas extensionistas são fecundas em experiências, reflexões e estudos, fundamentadas, como afirmava Freire (1983), em uma práxis libertadora, orientada pela ação e pela reflexão que, por sua vez, gera uma ação consciente e transformadora. O professor, nessa concepção emancipadora de educação, é aquele que ensina-aprende e aprende-ensina, juntamente com os estudantes e a comunidade na qual estão inseridos

enquanto territórios extensionistas propícios para a realização de projetos com vistas a transformação social. Nesse contexto, “tanto os professores como os estudantes são transformados por meio do encontro pedagógico à medida que aprendem uns com os outros” (Unesco, 2022, p. 61).

A partir dessa compreensão e ao conectar com o espaço educativo, as pedagogias que permeiam a extensão universitária devem ter como fundamento o respeito, a inclusão, o pertencimento, a construção da paz e a transformação de conflitos, incentivando os estudantes a sentarem-se lado a lado e trabalharem juntos (Unesco, 2022).

A extensão universitária é, por natureza, um espaço de encontro entre saberes acadêmicos e conhecimentos populares, no qual a reflexão é o primeiro passo para compreender a realidade e intervir nela de forma crítica. Compartilhar saberes não é apenas transmitir conteúdos, mas construir pontes entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo a diversidade cultural, social e territorial dos sujeitos envolvidos.

Os textos que integram o volume de número 24 da revista Dialogos trazem experiências de docentes de instituições de ensino superior que abordam a extensão curricularizada em variados contextos e cursos. Cada texto, ancorado em fundamentos teóricos e vivências práticas, reforça o papel transformador da extensão curricularizada e seu impacto social.

Este volume marca o retorno da Revista Dialogos, depois de um período de pausa, em meio a discussões calorosas nas IES sobre variadas estratégias para a implementação e fomento da extensão curricularizada no âmbito de seus cursos de graduação e pós-graduação.

Deste modo, temos o prazer de convidar você, leitor e leitora, a mergulhar nestas páginas e a refletir conosco sobre os caminhos possíveis para uma extensão curricularizada com responsabilidade social. Excelente leitura!

José Ivaldo Araújo de Lucena

Editor-chefe da Revista Dialogos

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: ABMES – Resolução nº 7/2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>
Acesso em: 22 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Brasília, DF, 2022. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>
Acesso em: 24 abr. 2024.